

## REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E ESPAÇO REGIONAL NO SUL DO BRASIL.

Margareth de Castro Afeche Pimenta<sup>1</sup>

### NEOLIBERALISMO E REESTRUTURAÇÃO INDUSTRIAL

A globalização da economia mundial, sob a égide das finanças internacionais, obriga os diferentes países a promoverem adaptações regionais, dependentes do grau de liberalização das relações comerciais permitidas pelos Estados Nacionais. Esta globalização perversa, baseada na lógica de mercado e no neoliberalismo, assim como na transnacionalização do território - acomodando tanto a escala técnica como política ao novo ciclo de acumulação mundial -, define uma política econômica baseada no ajustamento aos critérios produtivos e creditícios das grandes corporações internacionais. A hegemonia americana, fortalecida após a queda do muro de Berlim e a dissolução da União Soviética, impõe modelos generalizantes, baseados na alta dos juros, no controle cambial e salarial, no controle da inflação e no desemprego.

O Brasil foi um dos últimos países a se adaptar a esta nova lógica, já na década de 90, adotando a política de liberalização comercial e financeira no sentido de atrair recursos externos. Cativo de compromissos financeiros internacionais, o Estado brasileiro permitiu, então, um processo de desnacionalização e desorganização do parque industrial, além de um rebaixamento das condições de competitividade internacional dos produtos nacionais e da qualidade de vida da população rural e urbana. As privatizações realizadas em nome do saneamento das finanças públicas restringiram-se à transferência patrimonial, sem aumento substantivo do parque industrial já instalado.

Rompendo a lógica histórica da industrialização substitutiva de importações, o Brasil abandonou a perspectiva de um projeto nacional de desenvolvimento, atribuindo às leis de mercado, os novos destinos da estrutura industrial e sua distribuição espacial. A nova lógica do processo de acumulação das grandes corporações internacionais redistribuiu sua estrutura empresarial pelos diferentes países, dependendo das vantagens fiscais, empregatícias e mercadológicas oferecidas. Aprofunda-se o distanciamento entre as diferentes nações através da concentração cada vez mais acentuada das funções de comando e de inteligência nos países centrais. A crescente fluidez espacial permite a dispersão mundial de unidades fabris interdependentes, que podem ser agilmente mobilizadas no espaço e no tempo de sua permanência, conforme as lógicas privadas do processo de acumulação. Assim, países e regiões disputam, instavelmente, alocações de investimentos que, favorecidos pela intensificação competitiva, impõem condições de submissão econômica e territorial cada vez mais acentuadas.

Uma nova redistribuição espacial reforça as funções de comando da metrópole nacional, assim como, a partir desta, a expansão interiorizada das atividades econômicas, promovendo uma desconcentração concentrada no sudeste do país. Seguindo a lógica específica do processo produtivo e das condições do meio técnico, as grandes empresas internacionais promovem movimentos de reconcentração espacial, reforçando o papel das áreas metropolitanas das capitais sulinas como receptoras de novas atividades produtivas. O aumento da interdependência empresarial, através de relações de terceirização ou subcontratação, acaba por inserir outras áreas nesse processo, que são incorporadas pela sua participação nas diferentes etapas do circuito produtivo.

A concentração econômica, realizada a partir das fusões e incorporações dos grandes grupos e sua aliança mais estreita ao capital financeiro, provoca a reestruturação empresarial, obrigando à adoção de modelos produtivos mais flexíveis, aumentando os vínculos intersetoriais e entre empresas de diferentes portes. Novas relações produtivas estabelecem-se, formando uma rede de interdependência entre firmas de diferentes tamanhos e tecnologias, desde fornecedores vinculados a subcontratações eventuais, onde o controle da produção permanece centralizado, incentivando a competição entre os pequenos e médios capitais. A capitalização das grandes firmas impõe a externalização dos riscos e das defasagens produtivas, com a generalização dos contratos instáveis, impostos à força de trabalho, enfraquecida pela política recessiva e pelo desemprego.

A submissão às leis de mercado, ao mesmo tempo que facilita a tarefa de deslocalização industrial dos países centrais, promove o dismantelamento de setores produtivos (industriais ou agrícolas), muitas vezes considerados "pouco competitivos", o que tem contribuído para elevar o nível do desemprego e de pobreza rural e urbana. Desconsidera-se a história da conformação econômica regional, a qualificação de sucessivas gerações de trabalhadores, a consolidação do meio técnico, no sentido de tentar atender às demandas mais prementes, visando à adaptação retardatária - e, como tal, propensa ao insucesso em condições instáveis - ao mercado internacional.

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e da Pós-Graduação em Geografia na área de Desenvolvimento Urbano e Regional da Universidade Federal de Santa Catarina. [afeche@arq.ufsc.br](mailto:afeche@arq.ufsc.br)

A readaptação de toda a região sul está associada ao processo de reestruturação industrial, onde empresas antigas e tradicionais são obrigadas a adotar uma rede hierárquica de subcontratações e terceirizações, desorganizando relações sociais e culturais historicamente constituídas. Vinculadas à internacionalização produtiva, as grandes firmas exportadoras transferem os riscos de flutuação da demanda para fora da estrutura empresarial, incorporando novas áreas, aptas à flexibilização da produção e do trabalho, graças à situação de fragilidade e desorganização dos trabalhadores locais.

A crise reorganiza os espaços urbanos e regionais sob sua nova lógica. A subcontratação e a prática de pequenos negócios, o trabalho doméstico e artesanal, a estrutura familiar e paternalista constituem as novas modalidades de emprego do trabalho, incorporando e organizando a região para o novo processo de acumulação. Aos novos trabalhadores industriais está destinada a compreensão obscura das etapas produtivas imediatas em que se encontram envolvidos. Complexas relações à distância impedem a transparência do processo global e fazem parte da trama desigual do circuito produtivo mundial.

## **BREVES CARACTERÍSTICAS DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA**

Foi necessário esperar o advento da República para que o Brasil pudesse iniciar seu processo de industrialização, após liberar-se dos impedimentos impostos pela coroa portuguesa, que perseguia e fechava as manufaturas têxteis, no sentido de satisfazer os acordos estabelecidos com a credora nação inglesa. A República traz consigo a possibilidade de um desenvolvimento centrado na formação nacional e, com isso, o impulso à atividade industrial.

As primeiras fábricas, voltadas para a fabricação de tecidos, dispersam-se pelo território, ocupando, preferencialmente áreas com abundantes recursos hídricos, relativa facilidade de abastecimento e inserção no mercado local. Este processo industrial destina-se, fundamentalmente, ao abastecimento interno, dirigindo-se para o setor exportador somente nos períodos em que as Guerras Mundiais dificultam a produção das nações envolvidas no conflito. Adquirindo divisas, as fábricas nacionais aumentam seu potencial importador, modernizando seu parque de máquinas, introduzindo e assimilando tecnologias estrangeiras.

A pouca disponibilidade de capitais e o atraso tecnológico relativo impuseram uma forma peculiar de industrialização “em ordem inversa” (RANGEL, 1982), começando pelos setores de bens de consumo não-duráveis e introduzindo sucessivamente novos ramos industriais até a constituição, a partir do processo substitutivo de importações, de um parque industrial complexo e diversificado. (TAVARES, 1981) O crescimento e diversificação industriais significam, no entanto, um movimento de concentração espacial da riqueza, onde a quase totalidade do valor adicionado é produzido no sudeste e, principalmente, em São Paulo. Regiões originariamente industriais entram em decadência, refugiando-se em setores tradicionais e relações oligárquicas, desorganizando o trabalho rural e urbano e aumentando, assim, o êxodo populacional para o pólo dinâmico do país.

A década de 1970 introduz, entre outras, duas mudanças importantes em termos de diretrizes econômico-industriais. A política de incentivos à exportação visa modificar o perfil de inserção no mercado internacional, passando de uma economia agrário-exportadora para fornecedora de bens industrializados. A expansão da amplitude do mercado exigia, também, a preocupação com a redistribuição territorial do trabalho. O Governo Federal estabelece, então, em nome do objetivo declarado de diminuição das desigualdades regionais, uma política de descentralização industrial, concedendo benefícios e incentivos fiscais para a abertura de filiais ou empresas no nordeste brasileiro. Os resultados foram, no entanto, pouco significativos em termos de melhoria da qualidade de vida regional. O processo de desenvolvimento industrial e, a partir da década de 70, de modernização agrícola, não foram acompanhados de um equivalente desenvolvimento social, reforçando um modelo elitista e excludente, baseado na desvalorização da força de trabalho e no empobrecimento relativo da população.

Os constantes ciclos renovadores da economia, baseados na superação dos atrasos relativos e no uso das potencialidades em termos de recursos e mercado interno, fizeram o Brasil crescer a taxas médias superiores a 7% ao ano após a Segunda Guerra Mundial, alcançando índices invejáveis no decorrer dos anos 70 (em torno de 10% a 11% ao ano). Na década de 80, no entanto, considerada a década perdida, o Brasil permanece com sua economia quase estagnada, saltando rapidamente entre diferentes planos econômicos, sem conseguir resolver os estrangulamentos decorrentes dos entraves impostos por setores sociais arcaicos. O crescimento dos ciclos anteriores, principalmente do final da década de 70, haviam sido calcados na abundância de capitais no mercado mundial. A partir dos anos 60, a internacionalização da economia brasileira deu-se no campo dos fluxos voláteis ou de curto prazo, o que constituiu a raiz das crises cambiais e financeiras que vitimaram o Brasil e várias outras nações recentemente. O endividamento externo dos anos 70, “apresentado inicialmente como “a eficiente reciclagem dos petrodólares pelo sistema bancário internacional” desembocou na longa e penosa crise da dívida externa de 80”. (BATISTA JÚNIOR, 2000:B-2)

Na década de 1990, os seus sucessivos governos neoliberais expuseram a economia brasileira à abertura indiscriminada dos seus mercados - sem atentar para os êxitos registrados pela sua histórica econômica -, visando satisfazer as exigências impostas pelo capital financeiro internacional. O endividamento realizado sobre taxas de juros flutuantes coloca o país numa ciranda de profundos esforços internos, sacrificando a qualidade de vida da população, no sentido de tentar saldar os serviços da dívida e obter credibilidade nos mercados internacionais. Taxas de juros elevadas, que penalizam o capital produtivo e o emprego, não conseguiram mais do que atrair capitais de risco e de curto prazo. As privatizações, realizadas em nome da necessidade da modernização de setores-chave da economia nacional (energia, telefonia, siderurgia, ..), representaram mera transferência patrimonial sem aporte significativo de novos investimentos para o setor industrial e de serviços. Reverteu-se, assim, rapidamente, a política econômica, acreditando-se na servilidade como fator de atração de capitais internacionais, expondo o país à fragilização de sua estrutura produtiva e aos riscos de uma inserção subordinada no mercado mundial.

## **A INDUSTRIALIZAÇÃO SULISTA**

O sul conhece um processo muito particular de industrialização, diferente do restante país em termos de processo de acumulação e de condições de inserção no mercado nacional. Ciclos produtivos anteriores haviam propiciado ao nordeste e ao sudeste, acumulação de capitais, conhecimentos técnicos e a formação de mercados locais, propícios à implantação da atividade fabril. Sem deixar de considerar a classe dominante local, constituída, fundamentalmente, pelos fazendeiros e criadores de gado - voltado para o mercado nacional concentrado no sudeste, principalmente, a partir do ciclo do ouro -, o sul conhece um frágil processo de acumulação de capitais, permanecendo zona de controle territorial e de abastecimento de produtos alimentícios para o mercado interno até meados do século XIX. As políticas migratórias instituídas pelo Governo Federal encarregam-se, então, de intensificar o processo de ocupação regional, atraindo populações européias de diferentes nacionalidades. Os novos brasileiros voltam-se, primeiramente, para o trabalho agrícola e a comercialização do excedente, originando uma pequena acumulação mercantil.

Esses imigrantes, porém, vinham de regiões industrialmente desenvolvidas e dominavam as técnicas manufatureiras. Aproveitando-se de pequena acumulação mercantil local, capacidade técnica e espírito empreendedor instalam as primeiras fábricas domésticas. Diversas áreas industriais foram, assim, constituídas tanto no Rio Grande do Sul como em Santa Catarina, apesar de terem desenvolvimentos posteriores um pouco diferenciados. Enquanto o extremo-sul desenvolve seu parque industrial em torno da polarização efetuada pela capital (Porto Alegre), Santa Catarina constitui uma série de microrregiões autônomas, sendo as principais nucleadas por Joinville e Blumenau, ambas com predomínio da imigração de origem alemã, recebendo, posteriormente, italianos e outros imigrantes de diferentes nacionalidades. Joinville, apesar de dispor de um parque industrial diversificado, desenvolve primordialmente o ramo metal-mecânico por sua proximidade e estreita relação com a capital do Estado do Paraná e de São Paulo. A ocupação alemã do Vale do Rio Itajaí, constitui dois núcleos urbanos incrustados entre seus meandros interiores - Blumenau e Brusque - que, ligando-se ao porto de Itajaí para o escoamento ao mercado nacional, constituem e consolidam a única região têxtil brasileira. O sul do Estado de Santa Catarina terá seu desenvolvimento vinculado à colonização italiana e à extração carbonífera, ponta de um processo de constituição pelo Estado das bases do desenvolvimento industrial nacional, para o abastecimento da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) sediada no Estado do Rio de Janeiro. Esse desenvolvimento da faixa litorânea fez-se acompanhar, posteriormente, pela ocupação do meio-oeste no período entre-guerras e do oeste após a Segunda Guerra Mundial. Migrantes italianos de segunda geração, provindos do Rio Grande do Sul organizam o interior catarinense a partir do sistema de integração dos produtores rurais à indústria frigorífica de frangos e suínos. Assim, todo o Estado reparte-se por zonas econômicas definidas e, num primeiro momento, relativamente especializadas. Acompanhando as várias etapas do desenvolvimento econômico brasileiro, os empresários catarinenses constituíram um parque industrial competitivo que ingressaria no mercado mundial a partir da década de 70 com algumas das maiores empresas nacionais do ramo têxtil, metal-mecânico e alimentar, entre outros.

As bruscas mudanças da política governamentais ocorridas a partir da década de 90, no entanto, tornaram vulnerável o patrimônio industrial brasileiro. Voltando-se de forma prioritária para responder aos compromissos assumidos com o sistema financeiro internacional, as altas taxas de juros, o câmbio supervalorizado e a abertura indiscriminada do mercado nacional levaram à rápida reversão de uma história de crescimento contínuo e promissor das empresas catarinenses para uma situação do sufocamento no mercado interno e externo. Para as empresas, os anos 90 foram, então, dedicados às tarefas de racionalização dos custos e reorganização da estrutura tecnológica e organizacional, sem evitar, no entanto, um processo de crise e desnacionalização de empresas tradicionais, provocado pela ação combinada entre a necessidade de modernização e a insolvência financeira, com a inegável contribuição da política estatal vigente desde então.

## **A INDÚSTRIA TÊXTIL E DA CONFECÇÃO EM SANTA CATARINA.**

O Estado de Santa Catarina inseriu-se prematuramente no movimento geral de industrialização brasileira, criando suas primeiras manufaturas têxteis já no final do século XIX. Imigrantes alemães oriundos de antigas regiões industriais conseguiram, a partir da acumulação baseada na pequena produção agrícola mercantil, iniciar a instalação de pequenas manufaturas, empregando o trabalho familiar e contando com o apoio, para a aquisição de máquinas e equipamentos, de amigos e parentes que haviam permanecido nas regiões germânicas de origem. Enfrentando as dificuldades relativas a sua situação periférica - falta de fluidez espacial, dificuldade de acesso aos mercados consumidores, escassez de crédito e pouca influência política nacional - a região do Vale do Itajaí conseguiu gradativamente conformar a única região exclusivamente têxtil do país, exportando hoje um volume considerável de tecidos lisos e felpudos e, sobretudo, de confecções em malha.

A colonização instala-se às margens dos rios, sendo esta proximidade fundamental para a própria reprodução da vida social. A água, além de fonte energética, servia para abastecimento familiar, rural e industrial, assim como constituía a via mais conveniente de escoamento do excedente agrícola ou da pequena produção manufatureira. Combinando trabalho agrícola e manufatura, os colonos organizavam a estrutura familiar de forma produtiva, a partir do alongamento das jornadas de trabalho, assim como, da capacidade de poupança e de reinvestimento. Compensaram a falta de vantagens locacionais - posição excêntrica em relação ao pólo dinâmico e as precárias condições de integração territorial -, criando fortes solidariedades regionais, aumentando a disponibilidade de créditos ou de infraestrutura regional a partir da constituição de associações diversas (PIMENTA, 1994).

Os fatores culturais certamente contribuíram para o sucesso de tais realizações. Enquanto muitas firmas fecharam suas portas no processo de unificação do mercado nacional ocorrido no Brasil a partir da década de 1930, as fábricas catarinenses, servindo-se de um sentido de iniciativa empresarial (no sentido Schumpeteriano), de capacidade inovadora e de mão-de-obra altamente qualificada e adaptada ao trabalho industrial, conseguiram acompanhar todas as etapas de extensão da amplitude de mercado - regional, nacional e internacional - de maneira competitiva. A solidariedade étnica e o desempenho industrial de uma força de trabalho meticulosa e prestativa constituíram-se, certamente, em vantagens comparativas frente à fragilidade geral das condições de produção vigentes, dominantes numa sociedade que percorria a transição de uma lógica agrário-exportadora para uma economia urbano-industrial.

Estas pequenas unidades fabris isoladas do final do século vieram a constituir uma próspera região homogênea, cuja base econômica predominante é a produção integrada verticalmente de produtos têxteis: desde a produção do fio até a confecção. A penetração dos primeiros produtos catarinenses no mercado brasileiro abriu a possibilidade de expansão e criação de novos estabelecimentos, criando uma "imagem de marca" (BAUDRILLARD, 1970), identificando a origem dos produtos (de Santa Catarina) com a qualidade e confiabilidade dos artigos produzidos.

Considerando-se a atividade produtiva desde a produção propriamente dita, às redes criadas de circulação e distribuição do produto, ou mesmo às estratégias empresariais para tornar os produtos competitivos (desde a administração industrial e controle do processo produtivo, relações de trabalho até formas sofisticadas de publicidade), pode-se compreender que a interferência das fábricas têxteis na conformação do espaço interno das cidades ultrapassa a simples localização de suas unidades de produção. Um complexo têxtil composto de fiações e tecelagens altamente concentradas e inovadoras, atraindo e formando mão-de-obra para o trabalho fabril, criando estruturas de apoio sociais (associações, etc..) e econômicas ( Senai, etc..) está na origem da compreensão das relações que se estabelecem nas cidades do Vale do Itajaí. Este processo tradicional de produção taylorista, baseado na concentração crescente de capitais e no emprego intensivo da força de trabalho nas linhas de produção foi o responsável, até então, pela expansão do setor têxtil em Santa Catarina e suas repercussões espaciais.

Num primeiro momento, o processo de expansão da atividade têxtil se apropriou intensamente dos vales do rios Itajaí-Açu e Itajaí-Mirim. A característica da própria estrutura produtiva e da necessidade de centralização do controle industrial, combinou dois movimentos contraditórios: reforço da cidade-sede e expansão de filiais. Assim, buscando o trabalho qualificado das costureiras, a Hering cria filiais na própria cidade de Blumenau, onde se acrescenta à fábrica principal de Bom Retiro, as confecções de Água Verde e Iitoró, assim como uma nova malharia, a Mafisa. A difícil circulação na cidade de Blumenau, com vales incrustados num relevo acidentado e a intenção inicial de manter os trabalhadores nos terrenos agrícolas, privilegiaram várias unidades fabris em vez da concentração do investimento numa única unidade industrial (o que também se deu, mas de forma relativa). Os municípios de Gaspar (cidade hoje conurbada com Blumenau), em Indaial (Encano), Ibirama e Rodeio recebem as confecções catarinenses da Hering. As confecções Hering geram, no entanto, efeitos diretos de propagação como, por exemplo, a criação da Tecelagem e Malharia Indaial, após a implantação inicial das empresas Hering neste município. Diferentes processos são responsáveis pela expansão da atividade têxtil, o que poderíamos denominar de forma sintética, como a criação dum *meio técnico* capaz de reproduzir, de maneira ampliada, as vantagens resultantes da otimização dos recursos produtivos. (SANTOS, 1985 e 1993) A reprodução do espaço regional (com pouca migração e manutenção de traços étnico-culturais) constitui, pela acumulação histórica, uma força de trabalho singular, através da irradiação da competência técnica e da aptidão para o trabalho industrial, que impregna a região de um "savoir-faire" e de uma capacidade de trabalho inestimáveis.

Antigos trabalhadores criam suas próprias indústrias, a partir de pequenos capitais, criatividade, espírito empresarial (no sentido schumpeteriano, acrescentando-se, mais claramente, a capacidade de assumir riscos) e muito trabalho. Eram mesmo apoiados, num certo sentido, pelos antigos patrões, que forneciam os fios e os créditos necessários, dois fatores escassos na época que, se hoje apresentam somente uma importância relativa, no período entre guerras, constituíam mesmo a condição indispensável para o sucesso industrial. Grandes empresas formavam um parque de mão-de-obra qualificada, passível de ser transferido aos novos estabelecimentos, que não podiam arcar com os custos de preparação de um trabalhador industrial. Assim, a difusão da capacitação técnica constituía a possibilidade da irradiação da atividade têxtil, já que a região "fechada" oferecia um mercado crescente de força de trabalho preparada para a produção e a gerência industriais.

Se a própria transferência de trabalhadores foi um dos fatores da expansão têxtil no Vale do Itajaí, o sucateamento de máquinas usadas, possibilitava a aquisição local das primeiras condições de produção (PIMENTA, 1994). As grandes empresas renovavam lentamente suas máquinas importadas, que se serviam, em geral, de uma oficina anexa à fábrica para reparação e produção de peças de reposição. A longevidade das máquinas usadas, pela capacidade de repará-las, permitia, assim, longos ciclos de produção e a introdução de novos empresários, com poucos capitais e muitas habilidades. A partir de 1970, o governo federal, visando a modernização total do parque industrial, exige como contrapartida dos empréstimos subsidiados para a compra de máquinas têxteis, o sucateamento das máquinas antigas, evitando aquele processo apontado pela CEPAL, de baixa produtividade, pela convivência de máquinas e equipamentos de diferentes idades e de tecnologias dispares. A atitude sistemática da venda local de equipamentos cede lugar à feira de máquinas, que institucionaliza este hábito de difusão das instalações industriais.

Se as feiras de máquinas usadas permite a expansão local do setor de fiações e de tecelagens, que dependem deste capital fixo de grande valor agregado, o processo de "domesticação" de máquinas industriais coloca ao setor de malharias novas variáveis e uma possibilidade maior de deslocamento da planta industrial. As máquinas "overlock" utilizadas para a fabricação de malhas são pequenas, leves e acessíveis ao orçamento doméstico de uma família da classe média. Assim como a difusão familiar dos computadores, elas permitem a instalação de inúmeras pequenas unidades produtivas dispersas pelo território. Este processo se instala em Florianópolis e no sul do Estado, caracterizando as novas modalidades de trabalho e de difusão industrial. A expansão da atividade têxtil para fora das regiões originárias são acompanhadas, também, por fortes alterações nas formas organizativas do trabalho industrial, permitindo a dispersão espacial e a intensificação dos fluxos entre as etapas produtivas.

## **REESTRUTURAÇÃO INDUSTRIAL E FLEXIBILIDADE PRODUTIVA**

A abertura do mercado nacional às importações e o aumento da competitividade internacional debilitou, sobremaneira, a estrutura industrial brasileira, promovendo um rápida processo de fusões, incorporações e desnacionalizações sem precedentes na história nacional. Partiu-se do pressuposto de que as leis de mercado agindo livremente, colocariam todas as empresas em condições competitivas igualitárias, sem considerar a força de coerção das empresas e das nações, estabelecendo relações privilegiadas nas transações comerciais. Enquanto a política neoliberal adotada preconizava a abertura total das fronteiras nacionais, várias restrições eram impostas aos produtos brasileiros no mercado internacional.

O Governo federal, compelido à satisfação dos financiamentos e dos financiadores internacionais, abre mão de um plano de integração ao mercado mundial, permitindo a inserção dos produtos brasileiros de forma fragilizada, quer seja pelas importações indiscriminadas sem proteção dos similares nacionais, quer seja pela falta de apoio ao setor exportador. A ausência de investimentos tecnológicos anteriores importantes, transformou grande parte dos produtos industriais em artigos banalizados que, sem uma diferenciação clara em termos de incorporação de valor agregado, competem pelo preço. Disputam, diretamente, com produtos oriundos de países assentados em altas taxas de exploração do trabalho, impedindo a competitividade dos setores baseados em trabalho intensivo. A introdução de inovações tecnológicas viu-se, também, dificultada pelas altíssimas taxas de juros, restringindo a capacidade de endividamento, o que viria a se constituir na causa principal das falências e das transferências patrimoniais. A sobrevalorização da moeda, além de restringir a capacidade de importação e, portanto, a renovação do parque de máquinas e equipamentos, prejudica as exportações brasileiras através da elevação relativa dos custos de produção e dos preços finais. Uma política de rebaixamento salarial totaliza, então, a composição de um quadro de asfixia do mercado interno e externo.

Algumas empresas conseguiram se adaptar mais rapidamente às imposições conjunturais, contando com altos investimentos em renovação tecnológica e organizacional e garantindo, assim, os padrões internacionais de qualidade e o aproveitamento de nichos de mercado. As empresas mais ligadas ao mercado interno, com produtos banalizados – como a maior parte dos produtos têxteis-, foram as mais atingidas pelas oscilações das tarifas alfandegárias numa conjuntura de elevação cambial da moeda nacional e juros abusivos.

Para acompanhar os novos termos colocados pelo mercado mundial, as empresas nacionais viram-se na contingência de adotar procedimentos de reestruturação industrial e modelos de acumulação mais flexíveis, seguindo as mudanças efetuadas no plano mundial. Após 1973, a economia mundial começa um ciclo descendente de crescimento econômico e uma mudança no processo de acumulação. As formas estruturais revelam, assim, toda sua ambivalência, quando as regularidades que produziam se transformam em rigidez, bloqueando o processo de transformação social. Elas passam a ser propagadoras de tensão, abrindo um período de crise que atravessa toda a sociedade, alterando as bases em que se assentavam as formas de acumulação de capitais. (AGLIETTA, 1976) A crise do petróleo, a substituição do dólar como moeda mundial, as crises fiscais de Estados nacionais deficitários, as dificuldades de controle das dívidas internas e externas, são alguns dos sintomas de que novos dados estariam colocados no cenário mundial, repercutindo de maneira desigual nos diferentes países, mas apresentando traços comuns de mudança nos regimes de acumulação. O fordismo como regime de acumulação amplamente difundido após a Segunda Guerra alentava seu fôlego, apresentando como evidentes novos procedimentos industriais, com a flexibilização das relações de produção, do mercado de trabalho, da produção em pequenos lotes e da necessidade de aumento da velocidade de giro dos capitais (adoção mais generalizada do sistema *just-in-time*, expansão do crédito e do sistema financeiro).

Duas dificuldades estruturais do capitalismo, a característica anárquica do mercado e a necessidade de controle da força de trabalho, exigem a criação de todo um arcabouço - social, cultural, político - responsável pela reprodução das sociedades capitalistas particulares. A "mão invisível do mercado" jamais foi suficiente para assegurar um clima de estabilidade relativa e crescimento estável, nem mesmo quando as instituições de apoio (propriedade privada, contratos válidos, administração apropriada do dinheiro) funcionavam adequadamente. A ação do Estado fez-se presente para contrariar a tendência a processos predatórios ambientais, para assegurar os bens de consumo coletivo ou para estabelecer mecanismos de regulação entre capital e trabalho, quer pela pressão coercitiva direta (salários e preços), ou indireta, através da formação de aparato ideológico (educação ou propaganda). "Este conjunto de relações e arranjos devem contribuir para a estabilização do crescimento do produto e da distribuição agregada da renda e do consumo num período histórico e num lugar particulares." (HARVEY, 1992:118).

A compatibilidade dos modelos de desenvolvimento nacionais realiza-se, então, através de uma determinada configuração internacional. A hegemonia de nações funda-se sobre maior eficiência produtiva do paradigma tecnológico e a estabilidade do modo de regulação "concretiza-se não somente em função das vantagens obtidas pelos países dominantes no comércio internacional, mas também pelas regras que tais países são capazes de impor dentro do "regime internacional" (BODDY, 1990: 19) Os países dominantes possuem assim, o privilégio de uma base interna diferente, associado a relações político-econômicas internacionais. A hegemonia dos Estados Unidos fica consolidada após a Segunda Guerra Mundial pela adoção do dólar como moeda internacional - fato contestado somente a partir de 1971 e referendado pela crise de 1973 -, que constitui a passagem do modo de acumulação fordista para um novo modelo de crescimento econômico ainda indefinido, mas conhecido até então como modelo pós-fordista ou a acumulação flexível.

Se as tecnologias e formas organizacionais flexíveis não se tornaram hegemônicas em toda parte, o fordismo que as precedeu também não. As combinações entre fordismo e acumulação flexível, as coordenações de mercado (subcontratações) se expandiram em prejuízo do planejamento corporativo direto no âmbito do sistema de produção e apropriação da mais-valia, constituindo, assim, uma mudança

de equilíbrio entre os dois sistemas. Talvez não se possa caracterizar como uma passagem irreversível de um sistema a outro, já que a desvalorização da força de trabalho constituiu sempre uma resposta instintiva às crises, no entanto, não se pode negar um processo explícito de adoção de novas tecnologias e de sistemas alternativos de produção e controle de trabalhadores. O aumento contínuo dos fluxos desiguais entre nações generaliza as formas de produção enquanto pré-requisito da competitividade internacional. O Brasil e, particularmente, as empresas têxteis e confeccionistas vêem-se, assim, na contingência de assumirem formas mais flexíveis de acumulação, acomodando-se às imposições estabelecidas pela relação entre Estado e mercado mundial.

## **AS REORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA INDÚSTRIA NO SUL DO BRASIL**

A crise têxtil, promovida pela abertura do mercado nacional sem prévio estabelecimento das condições de competitividade e difíceis condições exportadoras, atinge, rapidamente, o parque de malhas do Vale do Itajaí que, além de concorrer com o produto internacional, enfrenta a competitividade de estruturas mais flexíveis devido à proliferação interna de micro, pequenas e médias empresas, atuando com baixos custos, sem intermediários e podendo produzir em pequenos lotes, com maior variedade e rapidez. Para as grandes empresas, tratava-se de reorganizar o sistema produtivo no sentido de enfrentar a competição internacional, onde a subcontratação aparece, então, como alternativa de barateamento dos custos finais, eliminando etapas intensivas em trabalho..

As antigas regiões apresentam resistências importantes às bruscas rupturas dos processos de acumulação, tanto do ponto de vista das estruturas implantadas como das relações sociais estabelecidas. Estas cidades e microrregiões haviam se consolidado com base na organização taylorista do trabalho, com estruturas verticalizadas e altos investimentos em máquinas e edificações. As grandes massas de capital fixo investido não podem ser abandonadas imediatamente. Readaptações se impõem, visando suavizar os impactos econômicos e sociais. As estratégias, no entanto, variam. Algumas empresas apostam no esvaziamento quase total das unidades fabris, a terceirização absoluta, seguindo o sucesso de modelos estrangeiros. De setor fabril pretendem se comportar como setor puramente comercial, sem produzir diretamente nada além de uma imagem de marca, mantendo somente o controle da concepção, do circuito produtivo externo à empresa e do sistema publicitário. Incentivando formas produtivas arcaicas, debilitam as relações de trabalho, transferem os riscos de mercado para fora da firma e autonomizam a reprodução da força de trabalho.

Os setores intensivos em capital, no entanto, permanecem sob controle dos grandes grupos industriais, alterando, no entanto, a estrutura organizacional e o interior da fábrica. Indústrias competitivas (a Hering, por exemplo) começam a introduzir métodos inspirados no modelo japonês de círculos de controle de qualidade (CORIAT, 1994). A estrutura hierárquica se transforma, impondo um novo perfil de trabalhador capaz de tomar decisões e participar mais ativamente da estrutura empresarial. A divisão de tarefas da linha de produção do tipo taylorista fica substituída, em parte, pelo rodízio de funções dentro de um mesmo grupo. A responsabilidade industrial se socializa. A tendência é a fábrica do trabalho raro e qualificado. Este novo trabalhador convive, no entanto, em nível da cidade e da região com uma enorme quantidade de empregos instáveis e temporários.

A flexibilização das relações empregatícias aparece como resposta aos altos custos de mão-de-obra e como método de fragmentar e dividir a força de trabalho industrial. Se as tarefas produtivas são facilmente separáveis, a partir da intensificação da divisão social do trabalho (como já assinalava Adam Smith na parábola sobre manufatura de alfinetes), então se torna possível a combinação da produção executada em ateliers independentes. Como as difíceis condições territoriais e de abastecimento irregular de insumos, que obrigaram à integração vertical precoce das indústrias têxteis de Santa Catarina, se alteraram e tornaram irrelevantes as distâncias entre etapas produtivas de grande parte dos produtos industriais (sobretudo produtos leves e pequenos), a dispersão espacial da produção torna-se viável, principalmente nos setores dependentes da oferta abundante de mão-de-obra industrial. Surge, então, uma complexa rede de vinculações entre produtores, com os serviços de subcontratação que submete hierarquicamente pequenos ateliers à demanda vinculada das grandes empresas.

Como a flexibilidade não implica o fim da concentração técnica e financeira do capital, a combinação entre as estruturas tradicionais de produção e a flexibilização procede de maneira funcional quando as grandes empresas de São Paulo, mas também de Santa Catarina, sem alterar substancialmente a concentração econômica em suas empresas-sede, reorganizam um sistema de relações entre grandes e pequenas empresas, exteriorizando etapas produtivas que, num primeiro momento, eram desenvolvidas no interior da fábrica. A desintegração vertical dos grandes estabelecimentos, possível pelas condições atuais de rápida circulação entre as diferentes fases da produção do produto, empurra para fora da estrutura da firma, etapas produtivas mais intensivas em mão-de-obra, como é o caso da confecção

A redução do tempo de giro na produção, através da adoção de novas tecnologias (robôs, automação) e novas formas organizacionais (gerenciamento de estoques *just-in-time*) faz-se acompanhar pela aceleração do tempo de giro do consumo. A acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica. Esse aumento na velocidade do consumo e da produção em pequenos lotes promoveu a pequena produção das indústrias da confecção, adaptadas ao princípio "just-in-time" de dar respostas imediatas às demandas de mercado bastante oscilantes. Sistemas de trabalho alternativos podem coexistir, então, lado a lado, permitindo que os empreendedores capitalistas possam escolher à vontade entre eles. (HARVEY, 1992).

Em períodos caracterizados pelas mudanças tecnológicas e pela instabilidade dos mercados nacionais e mundiais, formas mais flexíveis de produção podem diminuir o peso dos investimentos em capital imobilizado e externalizar riscos de flutuações de demanda. Os empresários têxteis do Vale do Itajaí passam a estabelecer, então, relações de subcontratação dentro e fora da sua região industrial, alterando totalmente a relação entre indústria e contexto regional. Se por um lado as empresas do Vale do Itajaí utilizam-se das cidades do sul do Estado (como no caso das microrregiões de Criciúma e de Tubarão) para a terceirização de tarefas que requerem mão-de-obra abundante e instável (como a confecção), integram-se elas mesmas cada vez mais no circuito internacional de produção têxtil, concentrando e aprimorando unidades de direção, concepção e comando. (PIMENTA, 1997) As regiões devem se adaptar às novas condições dos mercados mundializados, sob pena de ter seu parque industrial sucateado.

Tanto a empresa baseada na "imagem de marca", quanto o processo renovador baseado em maciços investimentos em capital fixo, fizeram-se acompanhar de um esvaziamento das unidades fabris em termos de trabalho vivo. O predomínio absoluto da atividade têxtil nos vales do Rio Itajaí dissipa pelo espaços urbanos e regionais, o problema do desemprego em larga escala. Formas precárias de trabalho reforçam, ainda, a ruptura de laços sociais historicamente constituídos. A questão fabril é, aqui, imediatamente, social e espacial. Numa região homogeneamente têxtil e industrial, a readaptação da estrutura produtiva reorganiza os espaços internos da cidade, ameaçando-os, não somente, com o sucateamento do parque fabril, mas com a pauperização extensiva da população regional. O problema fabril constitui-se, imediatamente, em problema social e comunitário. A crise tornou-se visível na paisagem; as soluções parecem, por enquanto, longínquas e obscuras.

## **NOVOS ESPAÇOS TÊXTEIS E CONFECCIONISTAS**

A capacidade do território de enfrentar a competição internacional depende, por um lado, do acompanhamento das inovações tecnológicas e assimilação de novas tecnologias mas, também, de relações de produção mais flexíveis, o que num país, com fortes possibilidades econômicas e com estrutura social bastante frágil, sem a construção histórica da cidadania como o Brasil, significa, ao mesmo tempo, a alteração de sólidas estruturas contratuais e o aproveitamento de uma mão-de-obra majoritária e marginal ao mercado institucional de emprego, que já não desfrutava anteriormente de nenhuma dessas condições "privilegiadas" de trabalho.

Após a década de 1970, as fábricas catarinenses incluem-se entre as maiores exportadoras do setor em nível nacional. Dois processos simultâneos de expansão acompanham esta ampliação considerável das esferas de mercado: a criação de filiais no nordeste e de novas unidades industriais no próprio Estado de Santa Catarina. As filiais nordestinas, instaladas num meio técnico pouco desenvolvido, foram implantadas a partir de estruturas fabris integradas. A expansão têxtil e confeccionista no próprio Estado de Santa Catarina faz parte, no entanto, do sistema de externalização de etapas do processo produtivo, ocorrida, principalmente, no setor de confecções. A indústria têxtil e da confecção destaca-se, ainda hoje, como uma das mais importantes atividades produtivas do Estado de Santa Catarina. O setor de confecção de roupas de malha ocupa, sozinho, o segundo lugar na produção do Estado, sendo responsável por 12% da produção do valor adicionado em 1995. Se a confecção de malhas concentra-se fundamentalmente no Vale do Itajaí, a confecção de peças de vestuário distribui-se por municípios da faixa litorânea, localizando-se junto à oferta de mão-de-obra barata e abundante.



Em períodos de grandes transformações tecnológicas e nas formas de organização dos processos de trabalho, as regiões mais atrasadas, podem emergir mais facilmente, apresentando maiores condições para as novas atividades, cuja lógica locacional obedece a critérios diferentes dos anteriores. A região organizada sob a centralização de Criciúma, estava disposta a receber novas atividades, como se a crise deste novo ciclo econômico preparasse reservatórios de mão-de-obra, capazes de serem incorporados aos novos processos produtivos. Esta nova área apresentava, assim, algumas vantagens evidentes- entre elas, mão-de-obra barata, abundante e disponível - no sentido de estimular o desenvolvimento de um processo de acumulação baseado em relações de trabalho mais flexíveis. As novas formas de produção, associadas às novas modalidades no processo de acumulação, se fizeram presentes tanto em Florianópolis, onde a "domesticação" das máquinas industriais – de pequeno porte e a preços acessíveis - permite a expansão do setor de malharias como em todo o sul do Estado.

O fim do ciclo carbonífero no sul catarinense, decretado pelo governo neoliberal do Presidente Collor, deixa atrás de si, um grande desemprego masculino e um cenário patético de uma paisagem utilizada até o esgotamento: terras arrasadas e ocupadas por imensas montanhas de resíduos carboníferos. Esta região de reconversão, abandona gradativamente a exploração das minas de carvão para dar lugar à expansão da atividade têxtil. Num processo rápido, cujos primeiros sinais perceptíveis datam do início da década de 1980, o "Pólo de Criciúma", que organiza 8 cidades ao seu redor, desenvolve pequenas unidades de confecção, voltadas principalmente à facção, alternativa para o emprego da mão-de-obra das mulheres e filhas dos antigos mineiros, tentando amenizar as condições de uma grave crise urbana e regional, onde a quase totalidade da população economicamente ativa viu-se, do dia para o noite, desligada do mercado de trabalho.

A "acumulação flexível" não está aqui vinculada às novas tecnologias, nem à tecnologia de processo, nem a equipamentos flexíveis caros ou ao princípio "just in time", ela está certamente vinculada à flexibilização das relações de trabalho e à expulsão dos riscos de flutuação da demanda para fora da estrutura produtiva das grandes empresas têxteis. (LIPIETZ,1990) Fazendo parte da desverticalização do processo de produção de grandes empresas têxteis de São Paulo e de Santa Catarina, grande parte dos ateliers do sul catarinense se dedicam à confecção de tecidos de panos, principalmente jeans. Até recentemente, somente as maiores indústrias locais, além do vínculo de subcontratação, possuíam etiqueta própria, todas as demais trabalhavam exclusivamente dedicadas à facção, como ocorre hoje nos centros das cidades européias, com a utilização da força de trabalho dos imigrantes clandestinos, que compõe a economia informal dos países do Primeiro Mundo. Uma rede transacional amplia as relações, não somente interna à região mas, principalmente entre região e as empresas-sede, localizadas externamente, retirando do local, qualquer possibilidade de opção e de decisão sobre as possibilidades econômicas e de planejamento. Grandes firmas de comercialização (Mesbla, Mappin, C&A, Carrefour) e grandes firmas têxteis de São Paulo (Lee, Ellus, Staroup) e de Santa Catarina (Wrangler, do grupo Hering) confeccionam seus jeans, utilizando as filhas e as mulheres de mineiros desempregados.

Os vínculos iniciais de subcontratação dão lugar, posteriormente, a uma extensa rede de terceirização entre as próprias empresas locais, fragmentando sucessivamente as etapas de trabalho, de acordo com as dificuldades do processo técnico em termos de saber-fazer, interdependências de tarefas e capital fixo investido. Inúmeras cooperativas, pequenas fábricas ou ateliers domésticos dispersam-se pelo meio urbano ou pelo espaço rural circundante, estabelecendo uma intensa rede de fluxos entre etapas produtivas. A irradiação espacial da produção atrai consumidores, revendedores e turistas pela elevada oferta e variedade de produtos têxteis. Fazem-se, então, acompanhar da proliferação crescente dos postos de venda-direta ao consumidor (outlets centers), binômio quase inseparável da característica deste novo sistema de produção. Enquanto os locais de venda concentram-se nas rodovias e nos centros urbanos, a produção dissipa-se pelos pequenos negócios, incrustando-se nas periferias e no interior dos espaços regionais. A extrema mobilidade da produção enfraquece as condições de negociação entre capital e trabalho, pois a ampliação quase ilimitada do mercado de trabalho e a agregação de áreas rurais ao circuito produtivo urbano agem no sentido do rebaixamento constante do custo da reprodução da força de trabalho.

O sistema flexível impõe novas normas de segmentação do mercado de trabalho e "pressupõe a queda de poder dos sindicatos e a existência de trabalhadores que são treinados para, e dispostos a, realizar tarefas variadas, ou seja, supõe o deslocamento para regiões fracamente sindicalizadas". (SCOTT e STORPER, 1988:40) Com um grande setor de trabalho informal e uma recente desarticulação do movimento trabalhista - pois nada mais desestruturador do poder sindical do que o desemprego -, as indústrias contratantes se deparam com uma mão-de-obra sem alternativas, a não ser a submissão à única possibilidade concreta de vínculo empregatício, mesmo que fluido. As empresas contratantes colocam-se, assim, em posição de diminuição tendencial dos riscos, seja do ponto de vista das flutuações da demanda final dos produtos, seja em relação aos compromissos trabalhistas.

Entre todos os novos dados, certamente a pressão sobre a força de trabalho, enfraquecida pelo desemprego, é a grande responsável pela transferência de etapas produtivas para áreas caracterizadas por fracas tradições industriais, assim como a incorporação de práticas regressivas nos antigos centros

fabris. A possibilidade do mercado de trabalho (de demitir e contratar à vontade) adquire formas novas pela utilização de contratos mais flexíveis, como trabalhos estipulados por jornadas mais intensificadas nos períodos de picos da demanda (banco de horas), trabalho por dias corridos, emprego parcial, temporário ou subcontratação. A subcontratação e a prática de pequenos negócios, o trabalho doméstico e artesanal, constituem as novas modalidades de emprego do trabalho, incorporando e organizando novas regiões para este novo processo de acumulação. A facilidade de exploração do trabalho feminino em tempo parcial, pelo uso doméstico ou a subcontratação, que se tornam freqüentes em diferentes regiões de diversos países em nível mundial, transformaram, rapidamente, toda a faixa litorânea do sul catarinense, integrando e subordinando regiões de forma hierárquica ao circuito do mercado internacional. Comunidades e relações sociais historicamente constituídas foram, assim, bruscamente transformadas, sem que se pudesse ao menos compreender as suas distantes motivações.

## BIBLIOGRAFIA

- AGLIETTA, M.: *Régulation et Crises du Capitalisme*. Paris, Calman-Lévy, 1976.
- AYDALOT, Philippe: *Crise et Espace*. Paris: Economica, 1984.
- BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira: "O que impede o Brasil de crescer mais", *Folha de São Paulo*, 19 de outubro de 2000, p. b-2
- BAUDRILLARD, J.: *La Société de Consommation*. Paris, Folio, 1970.
- BAUMAN, R.(org.): *O Brasil e a Economia Global*. RJ, Campus, Sobeet, 1996.
- BODDY, M. *Reestruturação industrial, pós-fordismo e novos espaços industriais: uma crítica*", in *Reestruturação Urbana: Tendências e Desafios*. SP: Nobel; RJ: IUPERJ, 1990.(44-58)
- BOYER, R.: *La Théorie de la Régulation: Une Analyse Critique*. Paris: La Découverte, 1986.
- BRAVERMAN, H.: *Trabalho e Capital Monopolista*. RJ: Zahar Editores, 1981.
- CASTRO, A. Barros de; POSSAS, M. Luiz; PROENÇA, Adriano (org.): *Estratégias empresariais*. RJ, Forense Universitária, 1996.
- CLAVAL, Paul: *Géographie Humaine et Economique*. Paris: PUF, 1984.
- CORIAT, B.: *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e de organização*. RJ, Revan, UFRJ, 1994.
- FERRAZ, J.C.; KUPFER, D.; HAGUENANER, L.(org.): *Made in Brazil. Desafios competitivos para a indústria*. RJ, Campus, 1997.
- FURTADO, Celso: *Formação Econômica do Brasil*. SP: Fundo de Cultura, 1964.
- HARVEY, David: *Condição Pós-Moderna*. 1992
- LEFÈBVRE, Henri: *O Direito à Cidade*. SP: Documentos, 1969
- LIPIETZ, Alain: "Flexibilidade defensiva ou flexibilidade ofensiva: os desafios das novas tecnologias e da competição mundial", in *Reestruturação Urbana, Tendências e Desafios*. SP: Nobel; RJ: IUPERJ, 1990.
- MALECKI, Edward: *Technology and Economic Development . The dynamics of local, regional and national competitiveness*. Londres, Longman, 1997.
- RANGEL, Ignácio: *Ciclo, Tecnologia e Crescimento*. RJ: Civilização Brasileira, 1982.
- PIMENTA, Margareth de C.A.: *Industrialisation et Territoire: le cas de l'Industrie Textile et de la Confection au Brésil (1850-1980)*. Tese de Doutorado. Univ. Paris IV -Sorbonne, 1994.
- PIMENTA, M. de C.A.: *A expansão da atividade têxtil em Santa Catarina*. SC: *Revista Geosul*, 21-22, 1997, p. 58-91.
- PIMENTA, M.C.A.: "Cultura teuto-brasileira e a cidade industrial de Blumenau em Santa Catarina." *Revista Dynamis*, vol. 6, no 24, jul/set 1999, FURB, p. 61-83.
- PIMENTA, M.C.A.: "Flexibilidade produtiva e as cidades do sul catarinense". *Anais do VIII Encontro da ANPUR*, Porto Alegre, PROPUR, UFRGS, cd-rom, fev.2000.
- PRADO Jr., Caio: *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- PRÉVOT, Victor: *Géographie des Textiles*. Paris: Masson, 1979.
- RANGEL, I.: *Ciclos, Tecnologia e Crescimento*. RJ: Civilização Brasileira, 1982.
- SANTOS, Milton: *Por uma Geografia Nova*. SP: Hucitec/USP, 1978.
- SANTOS, Milton: *Espaço e Método*. SP: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton: *A Urbanização Brasileira*. SP: Hucitec, 1993.
- SCHUMPETER, J. A.: *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. SP: Abril Cultural, 1982.
- SCOTT, A.J.: "Procesos de Localización, Urbanización y Desarrollo Territorial: Un Ensayo Exploratorio", in *Estudios Territoriales*, 17:17-44, Madrid, 1985.
- SCOTT, A.J. e STORPER, M.: "Indústria de Alta Tecnologia e Desenvolvimento Regional", in *Espaço e Debates* 25, 1988, 30-44.
- STEIN, S.: *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil (1850-1950)*. RJ: Campus, 1979.
- TAVARES, M.C.: *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1985.
- TAVARES, M.C.: *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. RJ: Zahar, 1981.